

## **Projeto de Lei nº 77/2021**

**Autoriza ao Chefe do Poder Executivo conceder perdão de multas administrativas decorrentes de autuações realizadas no período da pandemia da COVID-19 e dá outras providências.**

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder perdão de débitos decorrentes de multas administrativas aplicadas em razão de autuações realizadas no período de calamidade pública decretada pelo Município de Itaúna em razão da pandemia da Covid-19.

**Art. 2º.** A concessão do perdão administrativo depende de requerimento administrativo do devedor, com o procedimento a ser regulamentado pelo Poder Executivo.

**Art. 3º.** O perdão administrativo alcançará débitos provenientes de autuações administrativas que cumpram com os seguintes requisitos:

- I – ausência de aglomeração no momento da autuação, conforme descrição do fato constante do auto de infração;
- II – observância integral de todas as demais medidas sanitárias recomendadas no período de pandemia;
- III – não tenha ainda ocorrido o pagamento do débito.

**Art. 4º.** Em caso de empresa autuada reincidente, será analisado as circunstâncias da infração para decidir sobre a oportunidade da concessão do perdão administrativo.

**Art. 5º.** Nos casos previstos nesta lei, o Poder Executivo Municipal poderá, em sendo oportuno, substituir a pena de multa pela pena educativa ou advertência por escrito.

**Art. 6º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itaúna, 26 de abril de 2021.

**Alexandre Campos**  
Presidente do Poder Legislativo

## **Justificativa**

O projeto em questão tem o intuito de vir ao encontro do anseio de justiça social da população Itaúnense. Como se sabe, a crise financeira atingiu especialmente os pequenos empreendedores. Para além da própria crise, muitos destes empresários foram alvo de autuações, resultando em multas administrativas, em razão de estarem tão somente trabalhando.

O projeto que propomos permite ao Chefe do Poder Executivo conceder perdão de tais multas, desde que o débito não tenha ainda sido quitado, que não seja decorrente de atividades que tenham provocado aglomerações e que o estabelecimento tenha observado as demais normas sanitárias.

No caso de estabelecimento reincidente, o Chefe do Executivo deverá analisar a oportunidade da concessão do perdão.

Justifica-se o projeto da necessidade de que medidas do poder público não sejam causa de agravamento da crise financeira aos empreendedores assolados pela Covid 19.

Itaúna, 22 de abril de 2021.

**Alexandre Campos**  
Presidente do Poder Legislativo